

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	19
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	20

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	144
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	145
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	146

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.112.810.192
Preferenciais	0
Total	1.112.810.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.780.298
Preferenciais	0
Total	26.780.298

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/02/2019	Dividendo	13/03/2019	Ordinária		0,70000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	11.563.185	11.641.720
1.01	Ativo Circulante	229.966	1.041.922
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	69.883	172.315
1.01.02	Aplicações Financeiras	119.249	565.930
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	119.249	565.930
1.01.03	Contas a Receber	3.296	262.010
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.296	262.010
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	3.296	1.527
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	260.483
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.465	39.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.465	39.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.073	1.962
1.02	Ativo Não Circulante	11.333.219	10.599.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	815.203	824.037
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.443	14.034
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.443	14.034
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	25	30
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	761.288	761.288
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	761.288	761.288
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.447	48.685
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	39.447	48.685
1.02.02	Investimentos	10.271.853	9.529.598
1.02.02.01	Participações Societárias	10.271.853	9.529.598
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.254.804	9.509.480
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	17.049	20.118
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	11.563.185	11.641.720
2.01	Passivo Circulante	51.656	342.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	928	228
2.01.02	Fornecedores	454	272
2.01.03	Obrigações Fiscais	593	20.801
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.921	34.504
2.01.04.02	Debêntures	34.921	34.504
2.01.05	Outras Obrigações	14.760	286.309
2.01.05.02	Outros	14.760	286.309
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.220	282.334
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	1.540	3.975
2.02	Passivo Não Circulante	1.819.428	1.851.501
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.990	1.722.450
2.02.01.02	Debêntures	1.722.990	1.722.450
2.02.02	Outras Obrigações	5.472	5.158
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.472	5.158
2.02.04	Provisões	90.966	123.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	399	798
2.02.04.02	Outras Provisões	90.567	123.095
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	90.567	123.095
2.03	Patrimônio Líquido	9.692.101	9.448.105
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	549.945	546.709
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	7.545	4.309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.615	4.712
2.03.04	Reservas de Lucros	3.613.709	3.723.064
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	686.665
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.412.427
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.355
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	342.542	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-50.433	-63.989
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	59.971	65.857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	98.849	324.977	195.382	269.904
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11	420	-287	-255
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	98.860	324.557	195.669	270.159
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.849	324.977	195.382	269.904
3.06	Resultado Financeiro	4.854	16.876	70.762	69.862
3.06.01	Receitas Financeiras	35.172	76.339	99.524	119.137
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.318	-59.463	-28.762	-49.275
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.703	341.853	266.144	339.766
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.898	409	-24.555	-24.322
3.08.01	Corrente	0	0	-256	-345
3.08.02	Diferido	4.898	409	-24.299	-23.977
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	108.601	342.262	241.589	315.444
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	108.601	342.262	241.589	315.444
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09480	0,31560	0,22280	0,29100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09420	0,31360	0,22130	0,28900

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	108.601	342.262	241.589	315.444
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.763	7.670	-132.915	-163.896
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	21.605	15.685	-198.560	-210.532
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	-2.413	-2.367	1.861	2.547
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	-10.429	-5.886	63.784	44.388
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	238	0	-299
4.03	Resultado Abrangente do Período	117.364	349.932	108.674	151.548

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.307.504	531.675
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.537	41.640
6.01.01.01	Lucro líquido do período	342.262	315.444
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-324.557	-270.159
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	-2.755	-27.625
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-409	23.977
6.01.01.05	Demais Provisões e Ajustes	-4	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.283.809	489.922
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	4.240	-6.912
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	1.303.209	504.934
6.01.02.03	Demais contas a receber (AC)	-1.769	-683
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	-111	-6
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	181	-378
6.01.02.06	Salários e encargos sociais (PC)	700	-9
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	-10.970	415
6.01.02.08	Demais contas a pagar (PC)	-2.433	-7.439
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	-9.238	0
6.01.03	Outros	9.158	113
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	9.238	0
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	0	148
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	5	-35
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-399	0
6.01.03.05	Demais contas a pagar (PNC)	314	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.002.657	-557.834
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	446.681	-557.834
6.02.02	Aporte de capital em controladas	-1.450.000	0
6.02.03	Receita com a venda de bens	662	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-407.279	407.488
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	0	1.721.596
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	0	-800.000
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-55.385	-29.811
6.03.04	Dividendos pagos	-378.469	-486.603
6.03.06	Sociedades relacionadas	26.575	2.306
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-102.432	381.329
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.315	93.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.883	474.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-106.119	0	208	0	-105.911
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	3.236	0	0	0	3.236
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355
5.04.10	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno NE	0	0	0	208	0	208
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.262	7.670	349.932
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.262	0	342.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.670	7.670
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13.318	13.318
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5.886	-5.886
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	238	238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-97	0	72	0	-25
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-97	0	97	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-25	0	-25
5.07	Saldos Finais	5.171.752	69.177	4.099.092	342.542	9.538	9.692.101

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-4.819	-4.819
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	207.885	9.246.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-168.305	0	0	0	-168.305
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.207	0	0	0	-6.207
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	1.644	0	0	0	1.644
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	315.444	-163.896	151.548
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	315.444	0	315.444
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-163.896	-163.896
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-207.985	-207.985
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	44.388	44.388
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-299	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-117	0	115	0	-2
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-117	0	117	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2	0	-2
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.304	3.629.851	315.559	43.989	9.229.455

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	4.848	3.600
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	4.848	3.600
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.848	3.600
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.848	3.600
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	400.896	389.296
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	324.557	270.159
7.06.02	Receitas Financeiras	76.339	119.137
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	405.744	392.896
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	405.744	392.896
7.08.01	Pessoal	3.539	3.191
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.248	26.521
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.695	47.740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	342.262	315.444
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	342.262	315.444

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	31.304.780	30.499.395
1.01	Ativo Circulante	15.337.941	16.211.707
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.909.302	3.938.951
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.177.404	2.853.106
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.659.261	2.696.087
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	518.143	157.019
1.01.03	Contas a Receber	4.312.983	4.496.194
1.01.03.01	Clientes	4.226.181	4.436.569
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	3.843.723	4.069.307
1.01.03.01.02	Financiamentos a Clientes	382.458	367.262
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.802	59.625
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	86.802	58.561
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	1.064
1.01.04	Estoques	3.263.630	3.354.532
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.035.780	896.881
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.035.780	896.881
1.01.07	Despesas Antecipadas	159.979	187.570
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	478.863	484.473
1.01.08.03	Outros	478.863	484.473
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	478.863	484.473
1.02	Ativo Não Circulante	15.966.839	14.287.688
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.340.244	4.510.381
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	259.656	129.260
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	75.154	73.089
1.02.01.04	Contas a Receber	376.407	431.248
1.02.01.04.01	Clientes	26.863	81.569
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	349.544	349.679
1.02.01.07	Tributos Diferidos	599.347	514.187
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	599.347	514.187
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	106.942	399.095
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.922.248	2.963.012
1.02.01.10.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	837.390	852.782
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	912.551	881.507
1.02.01.10.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	194.846	194.719
1.02.01.10.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	977.461	1.034.004
1.02.02	Investimentos	122.372	129.087
1.02.02.01	Participações Societárias	122.372	129.087
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	25.256	24.338
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	97.116	104.749
1.02.03	Imobilizado	9.187.607	7.278.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.309.010	7.278.865
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.878.597	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.03.02.01	Ativo de direito de uso	1.878.597	0
1.02.04	Intangível	2.316.616	2.369.355

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	31.304.780	30.499.395
2.01	Passivo Circulante	5.098.938	6.336.798
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	369.323	428.192
2.01.02	Fornecedores	2.506.309	2.731.677
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.187.706	2.152.179
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.781.616	2.079.010
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - convênio	406.090	73.169
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	318.603	579.498
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	191.554	472.597
2.01.02.02.02	Fornecedores Estrangeiros - convênio	127.049	106.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	327.786	323.482
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.499.622	2.273.997
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	980.955	2.007.430
2.01.04.02	Debêntures	315.198	263.718
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	203.469	2.849
2.01.05	Outras Obrigações	257.323	451.591
2.01.05.02	Outros	257.323	451.591
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.426	284.024
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	206.659	137.494
2.01.05.02.05	Receita Diferida	36.238	26.572
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização de Seguradoras	0	3.501
2.01.06	Provisões	138.575	127.859
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.416	77.822
2.01.06.02	Outras Provisões	47.159	50.037
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.001	4.382
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	43.158	45.655
2.02	Passivo Não Circulante	16.137.712	14.362.568
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.635.674	12.932.152
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.010.836	6.487.400
2.02.01.02	Debêntures	6.263.593	6.401.535
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.361.245	43.217
2.02.01.03.01	Arrendamentos a pagar	1.361.245	43.217
2.02.02	Outras Obrigações	208.656	178.330
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.023	4.071
2.02.02.02	Outros	204.633	174.259
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	194.913	162.409
2.02.02.02.04	Receita Diferida	9.720	11.850
2.02.03	Tributos Diferidos	100.660	9.297
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100.660	9.297
2.02.04	Provisões	1.192.722	1.242.789
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	848.844	865.249
2.02.04.02	Outras Provisões	343.878	377.540
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.851	50.285
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	202.460	204.160
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	90.567	123.095
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.068.130	9.800.029

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	549.945	546.709
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	7.545	4.309
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.615	4.712
2.03.04	Reservas de Lucros	3.613.709	3.723.064
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	686.665
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.412.427
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.355
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	342.542	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-50.433	-63.989
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	59.971	65.857
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	376.029	351.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.692.645	42.431.898	22.645.585	43.396.707
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.286.893	-39.581.566	-21.186.536	-40.416.361
3.03	Resultado Bruto	1.405.752	2.850.332	1.459.049	2.980.346
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.104.130	-2.138.816	-1.030.913	-2.342.862
3.04.01	Despesas com Vendas	-696.557	-1.375.059	-662.472	-1.333.919
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-415.629	-799.474	-397.561	-770.129
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	11.134	45.765	32.516	-232.437
3.04.05.01	Resultado na venda de bens	1.027	-1.055	-2.354	-4.584
3.04.05.02	Outros resultados operacionais, líquidos	10.107	46.820	34.870	-227.853
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.078	-10.048	-3.396	-6.377
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	301.622	711.516	428.136	637.484
3.06	Resultado Financeiro	-92.176	-91.348	-64.419	-171.384
3.06.01	Receitas Financeiras	132.139	276.288	192.155	304.599
3.06.02	Despesas Financeiras	-224.315	-367.636	-256.574	-475.983
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	209.446	620.168	363.717	466.100
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-88.713	-256.882	-123.048	-152.580
3.08.01	Corrente	-120.061	-259.448	-18.207	-140.270
3.08.02	Diferido	31.348	2.566	-104.841	-12.310
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	120.733	363.286	240.669	313.520
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	120.733	363.286	240.669	313.520
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	108.601	342.262	241.589	315.444
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12.132	21.024	-920	-1.924
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09480	0,31560	0,22280	0,29100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09420	0,31360	0,22130	0,28900

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	120.733	363.286	240.669	313.520
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.763	7.691	-132.915	-163.896
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	21.605	15.706	-198.560	-210.532
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	-2.413	-2.367	1.861	2.547
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	-10.429	-5.886	63.784	44.388
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	0	238	0	-299
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	129.496	370.977	107.754	149.624
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	117.364	349.932	108.674	151.548
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12.132	21.045	-920	-1.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.527.246	629.575
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.756.244	1.516.064
6.01.01.01	Lucro líquido do período	363.286	313.520
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	10.048	6.377
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	177.818	196.680
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	416.867	392.030
6.01.01.05	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	7.330	8.079
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	547.849	523.658
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.566	12.310
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	1.055	4.584
6.01.01.09	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	65.637	49.299
6.01.01.10	Provisão para perda em estoques	13.276	965
6.01.01.11	Provisão para benefício pós-emprego	-3.299	8.878
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	2.449	-1.960
6.01.01.13	Amortização de ativos de direito de uso	153.257	0
6.01.01.14	Instrumento patrimonial outorgado	3.237	1.644
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.233	-547.126
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	155.421	-305.592
6.01.02.02	Estoques (AC)	77.310	439.281
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-138.899	-80.258
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-28.242	-64.347
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-13.617	-5.146
6.01.02.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (AC)	0	-14.871
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-225.368	-504.503
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	-58.869	-44.111
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	-38.782	35.906
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	122.922	24.929
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	-2.497	0
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	13.594	-3.661
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	64.399	-61.605
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	9.666	-663
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	3.729	37.515
6.01.03	Outros	-169.765	-339.363
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	54.730	-20.829
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	15.392	-90.470
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-31.044	-16.504
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	-14	5.799
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-18.463	-25.535
6.01.03.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (ANC)	0	14.260
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	1.838	1.693
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-16.405	10.108
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	32.500	39.888
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-2.129	-192

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01.03.11	Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-126.334	-177.008
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-79.836	-80.573
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-953.602	-1.599.012
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	-488.278	-794.682
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	0	3.662
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-424.798	-575.436
6.02.04	Aquisição de intangível	-47.088	-125.317
6.02.05	Aquisição de empresas	0	-103.373
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-8.750	-16.000
6.02.07	Receita com a venda de bens	15.312	10.884
6.02.08	Redução de capital em coligadas	0	1.250
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.600.146	-121.867
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	1.997.984	2.219.826
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-2.063.895	-1.543.952
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-1.003.282	-307.082
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	-155.148	-2.558
6.03.05	Dividendos pagos	-380.573	-488.055
6.03.06	Sociedades relacionadas	-48	-46
6.03.07	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste	-2.180	0
6.03.08	Aumento de capital realizado por acionista não controladores da Iconic	6.996	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.147	29.663
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.029.649	-1.061.641
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.938.951	5.002.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.909.302	3.940.363

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-106.119	0	208	0	-105.911	3.060	-102.851
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	3.236	0	0	0	3.236	0	3.236
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-1.548	-1.548
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355	0	-109.355
5.04.11	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno NE	0	0	0	208	0	208	-208	0
5.04.12	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno NE	0	0	0	0	0	0	-2.180	-2.180
5.04.13	Aumento de capital realizado por acionista não-controlador da Iconic	0	0	0	0	0	0	6.996	6.996
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.262	7.670	349.932	21.045	370.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.262	0	342.262	21.024	363.286
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.670	7.670	21	7.691
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13.318	13.318	21	13.339
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5.886	-5.886	0	-5.886
5.05.02.06	Ganhos Atuariais em Benefício Pós-Emprego, Líquidas	0	0	0	0	238	238	0	238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-97	0	72	0	-25	0	-25
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-97	0	97	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-25	0	-25	0	-25
5.07	Saldos Finais	5.171.752	69.177	4.099.092	342.542	9.538	9.692.101	376.029	10.068.130

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033	339.288	9.590.321
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-4.819	-4.819	38.536	33.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	207.885	9.246.214	377.824	9.624.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-168.305	0	0	0	-168.305	-3.929	-172.234
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.207	0	0	0	-6.207	0	-6.207
5.04.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	1.644	0	0	0	1.644	0	1.644
5.04.09	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-3.929	-3.929
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	315.444	-163.896	151.548	-1.924	149.624
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	315.444	0	315.444	-1.924	313.520
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.089	44.089	0	44.089
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	44.388	44.388	0	44.388
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-299	-299	0	-299
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-207.985	-207.985	0	-207.985
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-207.985	-207.985	0	-207.985
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-117	0	115	0	-2	0	-2
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-117	0	117	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2	0	-2	0	-2
5.07	Saldos Finais	5.171.752	68.304	3.629.851	315.559	43.989	9.229.455	371.971	9.601.426

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	44.225.692	44.285.929
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.423.385	44.764.345
7.01.02	Outras Receitas	-132.053	-429.117
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	45.765	-232.437
7.01.02.02	Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-177.818	-196.680
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-65.640	-49.299
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.987.384	-41.209.568
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-36.838.490	-37.312.066
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.289.611	-897.374
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.361	-4.795
7.02.04	Outros	-2.849.922	-2.995.333
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-2.849.922	-2.995.333
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.238.308	3.076.361
7.04	Retenções	-577.454	-400.109
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-570.124	-392.030
7.04.02	Outras	-7.330	-8.079
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	-7.330	-8.079
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.660.854	2.676.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	334.064	368.615
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.048	-6.377
7.06.02	Receitas Financeiras	276.288	304.599
7.06.03	Outros	67.824	70.393
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	67.824	70.393
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.994.918	3.044.867
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.994.918	3.044.867
7.08.01	Pessoal	1.072.128	1.079.143
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.204.467	1.056.730
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	355.037	595.474
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	363.286	313.520
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	363.286	313.520

Comentário do Desempenho

MD&A – ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Segundo trimestre de 2019

(R\$ milhões)	2T19 Pós-ajustes ¹	2T19	2T18	1T19	Δ 2T19 x 2T18	Δ 2T19 x 1T19	1S19	1S18	Δ 1S19 x 1S18
Receita líquida de vendas e serviços	21.692,6	21.692,6	22.645,6	20.739,3	-4%	5%	42.431,9	43.396,7	(2%)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(20.286,9)	(20.290,1)	(21.186,5)	(19.295,2)	-4%	5%	(39.585,3)	(40.416,4)	(2%)
Lucro bruto	1.405,8	1.402,5	1.459,0	1.444,0	-4%	-3%	2.846,6	2.980,3	(4%)
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.112,2)	(1.123,5)	(1.060,0)	(1.069,4)	6%	5%	(2.192,8)	(2.104,0)	4%
Outros resultados operacionais, líquidos	10,1	10,1	34,9	36,7	-71%	-72%	46,8	(227,9)	(121%)
Resultado na venda de bens	1,0	0,9	(2,4)	(2,1)	-137%	-142%	(1,2)	(4,6)	(74%)
Lucro operacional	304,7	290,1	431,5	409,3	-33%	-29%	699,4	643,9	9%
Resultado financeiro	(92,2)	(68,2)	(64,4)	21,3	60%	-420%	(46,8)	(171,4)	(73%)
Equivalência patrimonial	(3,1)	(3,1)	(3,4)	(7,0)	-9%	-56%	(10,0)	(6,4)	58%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	209,4	218,8	363,7	423,7	-40%	-48%	642,5	466,1	38%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(94,6)	(97,8)	(152,5)	(186,1)	-36%	-47%	(283,9)	(198,5)	43%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	5,9	5,9	29,5	13,5	-80%	-56%	19,5	45,9	(58%)
Lucro líquido	120,7	126,9	240,7	251,1	-47%	-49%	378,0	313,5	21%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	108,6	114,4	241,6	242,2	-53%	-53%	356,6	315,4	13%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	12,1	12,6	(0,9)	8,9	-1.466%	41%	21,4	(1,9)	(1.215%)
EBITDA Ajustado	677,2	589,2	718,1	697,9	-18%	-16%	1.287,1	1.226,2	5%
GLP vendido (mil toneladas)	420,8	420,8	443,8	395,1	-5%	7%	815,9	853,9	(4%)
Combustível vendido (mil m³)	5.610,0	5.610,0	5.858,5	5.587,1	-4%	0%	11.197,1	11.319,6	(1%)
Químicos vendidos (mil toneladas)	183,5	183,5	193,4	180,1	-5%	2%	363,5	373,4	(3%)

¹Os números acima consideram os ajustes do IFRS 16 (vide sessão "Considerações sobre as informações financeiras e operacionais")

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Comentário do Desempenho

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas, Ultracargo, Extrafarma e Corporativo são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

A partir de 2019, foram introduzidas duas alterações na apresentação das informações financeiras da Ultrapar: (i) adoção à norma IFRS 16 emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* prospectivamente e (ii) segregação de certas despesas corporativas, anteriormente distribuídas entre os negócios da Ultrapar, em um novo segmento gerencial denominado “Corporativo”. **Com a finalidade de manter a comparabilidade do 2T19 e 1S19 com as informações do 2T18 e 1S18, as discussões de resultado são apresentadas sem os ajustes relacionados ao IFRS 16 e ao Corporativo e referências a “2T19” seguem esse critério.** Menções a informações que contemplem tais alterações estarão identificadas como “Pós-ajustes”.

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – (LAJIR – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	Trimestre				Semestre	
	2T19 Pós-ajustes	2T19	2T18	1T19	1S19	1S18
Lucro líquido	120,7	126,9	240,7	251,1	378,0	313,5
(+) IR e contribuição social	88,7	91,9	123,0	172,6	264,5	152,6
(+) Despesa (receita) financeira líquida	92,2	68,2	64,4	(21,3)	46,8	171,4
(+) Depreciação e amortização	281,3	208,0	197,8	211,9	419,9	392,0
EBITDA	583,0	495,0	625,9	614,3	1.109,2	1.029,5
Ajuste						
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	94,2	94,2	92,2	83,6	177,8	196,7
EBITDA Ajustado	677,2	589,2	718,1	697,9	1.287,1	1.226,2

Ultrapar Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões	2T19	2T18	1T19	Δ (%) 2T19 v 2T18	Δ (%) 2T19 v 1T19	1S19	1S18	Δ (%) 1S19 v 1S18
Receita líquida	21.693	22.646	20.739	(4%)	5%	42.432	43.397	(2%)
Lucro líquido ¹	127	241	251	(47%)	(49%)	378	314	21%
Lucro líquido Pós-ajustes	121	n/a	243	n/a	(50%)	363	n/a	n/a
Lucro por ação atribuível aos acionistas ² Pós-ajustes	0,10	0,22	0,22	(55%)	(55%)	0,32	0,29	8%
EBITDA Ajustado	589	718	698	(18%)	(16%)	1.287	1.226	5%
EBITDA Ajustado ex-não recorrentes ³	642	718	698	(11%)	(8%)	1.340	1.512	(11%)
EBITDA Ajustado Pós-ajustes	677	n/a	782	n/a	(13%)	1.459	n/a	n/a
Investimentos	336	437	268	(23%)	25%	604	1.041	(42%)
Fluxo de caixa das operações	1.065	743	462	43%	130%	1.527	630	143%

¹ No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

² Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria. Estes valores consideram o desdobramento de ações ocorrido em abril/2019

³ O EBITDA Ajustado ex-não recorrentes não considera os efeitos de R\$ 53 milhões do TAC no 2T19 e a multa de R\$ 286 milhões no 1S18

Receita líquida – Total de R\$ 21.693 milhões (-4%), em função da redução na receita líquida da Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 1T19, a receita líquida aumentou 5%, em consequência do aumento na receita da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas e Extrafarma.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 589 milhões (-18%), impactado pelo TAC na Ultracargo. Excluindo o TAC, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 642 milhões, redução de 11% em relação ao 2T18, reflexo do menor EBITDA da Oxiteno, Ultragas e Ultracargo. Na comparação com o 1T19, o EBITDA Ajustado ex-TAC diminuiu 8%, devido ao menor EBITDA da Ipiranga e Ultracargo. Considerando os ajustes do IFRS 16, o EBITDA Ajustado Pós-ajustes da Ultrapar no 2T19 e no 1S19 foi de R\$ 677 milhões e R\$ 1.459 milhões, respectivamente.

Depreciação e amortização⁴ – Total de R\$ 302 milhões (+4%), em função da depreciação dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses. Na comparação com o 1T19, o total de custos e despesas com depreciação e amortização foi 2% superior, em função, principalmente, da maior amortização de ativos de contrato com clientes na Ipiranga no período.

Resultado financeiro – A Ultrapar encerrou o 2T19 com dívida líquida de R\$ 8,1 bilhões (2,60x EBITDA Ajustado LTM) em comparação a R\$ 8,6 bilhões em 31 de março de 2019 (2,65x EBITDA Ajustado LTM), principalmente em função da maior geração operacional de caixa pós investimentos no período. A Ultrapar apresentou despesa financeira líquida de R\$ 68 milhões no 2T19, um aumento de R\$ 4 milhões em relação ao 2T18, devido ao pagamento do prêmio na recompra do *bond* 2026, parcialmente compensado pelo resultado positivo dos *hedges* cambiais, em função da marcação a mercado no período. O 1T19 registrou uma receita financeira líquida de R\$ 21 milhões, em função, principalmente, do maior resultado positivo dos *hedges* cambiais, reflexo da marcação a mercado no período.

Lucro líquido – Total de R\$ 127 milhões (-47%), principalmente em função da redução no EBITDA. Em relação ao 1T19, o lucro líquido diminuiu 49%, devido à redução no EBITDA e ao aumento da despesa financeira no período. Considerando os ajustes do IFRS 16, o lucro líquido Pós-ajustes da Ultrapar no 2T19 e no 1S19 foi de R\$ 121 milhões e R\$ 363 milhões, respectivamente.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais – Geração de R\$ 1.527 milhões no 1S19, comparado a uma geração de R\$ 630 milhões no 1S18, favorecido pelas iniciativas de otimização do capital de giro no 1S19.

⁴ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Ipiranga

Comentário do Desempenho

	2T19	2T18	1T19	Δ (%) 2T19 v 2T18	Δ (%) 2T19 v 1T19	1S19	1S18	Δ (%) 1S19 v 1S18
Volume total (mil m³)	5.610	5.859	5.587	(4%)	0%	11.197	11.320	(1%)
Diesel	2.787	3.067	2.674	(9%)	4%	5.461	5.692	(4%)
Ciclo Otto	2.721	2.675	2.810	2%	(3%)	5.532	5.398	2%
Outros ¹	102	117	102	(13%)	0%	204	229	(11%)
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	447	402	538	11%	(17%)	986	987	0%
EBITDA Ajustado Pós-ajustes (R\$ milhões)	508	n/a	594	n/a	(14%)	1.102	n/a	n/a

¹ Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

Desempenho operacional – O volume vendido da Ipiranga no 2T19 foi 4% inferior ao 2T18, influenciado por um ambiente competitivo mais acirrado. O volume de ciclo Otto aumentou 2% em relação ao 2T18, com maior participação do etanol no mix de vendas. Já o volume de diesel caiu 9%, com redução concentrada nas vendas para o segmento TRR. Em relação ao 1T19, o volume manteve-se estável, com aumento de 4% no diesel e queda de 3% no ciclo Otto, explicados principalmente pela sazonalidade entre os períodos e menores vendas para o segmento TRR.

Receita líquida – Total de R\$ 18.223 milhões (-4,4%), em função do menor volume de vendas. Em relação ao 1T19, a receita líquida aumentou 5%, impulsionada pelo aumento no custo médio unitário dos combustíveis, principalmente diesel e gasolina.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 17.432 milhões (-4,8%), em função do menor volume vendido. Em relação ao 1T19, o custo dos produtos vendidos aumentou 5%, decorrente do aumento nos custos de combustíveis no período.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 551 milhões (+2%), devido (i) ao aumento das despesas com pessoal, (ii) aos maiores gastos com manutenção de postos e (iii) ao maior provisionamento de devedores duvidosos (PDD), parcialmente compensados por menores despesas da ICONIC e com programas de marketing. Em relação ao 1T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 9%, devido à maior PDD, maior despesa com pessoal (principalmente benefício pós-emprego) e aumento do preço unitário de frete, parcialmente compensados por menores gastos com programas de marketing.

EBITDA Ajustado – Total de R\$ 447 milhões (+11%), influenciado, principalmente, pelos impactos da greve dos caminhoneiros no 2T18, apesar do menor volume de vendas. Em relação ao 1T19, o EBITDA Ajustado foi 17% menor, em função das variações de custo dos combustíveis e da maior PDD no 2T19. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA Ajustado Pós-ajustes da Ipiranga no 2T19 e no 1S19 foi de R\$ 508 milhões e R\$ 1.102 milhões, respectivamente.

Investimentos – Foram investidos R\$ 150 milhões, direcionados à manutenção e ampliação das redes de postos e franquias e à expansão da infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 75 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 62 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 13 milhões a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de repagamentos. A Ipiranga encerrou o 2T19 com 7.186 postos (+1%), adição líquida de 44 postos nos últimos 12 meses e redução de 32 postos em relação ao 1T19.

Oxiteno

Comentário do Desempenho

	2T19	2T18	1T19	Δ (%) 2T19 v 2T18	Δ (%) 2T19 v 1T19	1S19	1S18	Δ (%) 1S19 v 1S18
Dólar médio (R\$/US\$)	3,92	3,61	3,77	9%	4%	3,84	3,42	12%
Volume total (mil tons)	183	193	180	(5%)	2%	364	373	(3%)
Especialidades	146	152	148	(4%)	(2%)	294	304	(3%)
<i>Commodities</i>	38	41	32	(9%)	19%	70	70	0%
Vendas no Brasil	132	139	124	(5%)	7%	256	265	(3%)
Vendas no mercado externo	51	54	56	(6%)	(9%)	107	108	(1%)
EBITDA (R\$ milhões)	39	121	34	(68%)	13%	73	172	(58%)
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	44	n/a	39	n/a	14%	82	n/a	n/a

Desempenho operacional - O volume de *commodities* reduziu 9% na comparação anual, decorrente da base de comparação com o 2T18, que teve forte volume de vendas do produto. O volume de especialidades químicas diminuiu 4%, influenciado pelo baixo desempenho da economia, com menores vendas em diversos segmentos, apesar do impacto da greve dos caminhoneiros no 2T18, além de menores exportações para o Mercosul e para a Ásia. Quando comparado ao 1T19, o volume total de vendas aumentou 2%, com incremento de 19% no volume de *commodities*, principalmente em função da parada programada de Camaçari no 1T19, parcialmente compensado pela queda de 2% em especialidades, em função da redução nas vendas no mercado externo.

Receita líquida - Total de R\$ 1.066 milhões (-10%), em função do menor volume de vendas e da redução de 12% dos preços médios em dólar dos produtos vendidos, com destaque para a queda nos preços de *commodities* no mercado internacional, especialmente de glicóis. Esses efeitos foram atenuados pelo Real 9% mais depreciado em relação ao dólar (R\$ 0,31/US\$). Em relação ao 1T19, a receita líquida aumentou 1%, fruto do maior volume vendido e do Real 4% mais desvalorizado frente ao dólar, parcialmente compensados pela continuidade da queda do preço de *commodities*, seguindo a referência internacional, e pela maior participação de *commodities* no mix de vendas.

Custo dos produtos vendidos - Total de R\$ 902 milhões (-2%), em consequência do menor volume de vendas e da redução nos custos em dólares de suas principais matérias-primas, em particular o eteno e o óleo de palmiste ("PKO"), parcialmente compensados (i) pela desvalorização do Real frente ao dólar, (ii) por maiores gastos com manutenção e (iii) pela maior provisão para reavaliação de estoques. Na comparação com o 1T19, o custo dos produtos vendidos manteve-se estável, reflexo do maior volume de vendas, da maior provisão para reavaliação de estoques e do Real 4% mais depreciado em relação ao dólar, neutralizados pela queda nos custos de insumos, principalmente o óleo de palmiste.

Despesas gerais, administrativas e de vendas - Total de R\$ 177 milhões (0%), em função das maiores despesas com pessoal (principalmente indenizações) e com as unidades internacionais, reflexo do Real mais depreciado em relação ao dólar, neutralizadas por menores despesas com fretes internacionais, em linha com a queda de volumes observada no período, e ações para redução de despesas. Em relação ao 1T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 1%, principalmente devido a maiores despesas com pessoal e nas unidades internacionais, decorrente do Real mais desvalorizado frente ao dólar, parcialmente compensados por menores despesas com serviços de informática.

EBITDA - Total de R\$ 39 milhões (-68%), em função do menor patamar de margens unitárias em dólar no período, fruto da queda dos preços de *commodities* petroquímicas no mercado internacional, especialmente de glicóis, e do menor volume de vendas, parcialmente compensados pelo Real mais desvalorizado em relação ao dólar. Em relação ao 1T19, o EBITDA aumentou 13%, em função do maior volume de vendas no período, do Real mais desvalorizado frente ao dólar e da melhora nas margens de contribuição de especialidades, parcialmente compensados pela queda nas margens de *commodities*. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA Pós-ajustes da Oxiteno no 2T19 e no 1S19 foi de R\$ 44 milhões e R\$ 82 milhões, respectivamente.

Investimentos - Os investimentos no período foram de R\$ 59 milhões, direcionados, principalmente, à manutenção de suas unidades produtivas.

Ultragaz

Comentário do Desempenho

	2T19	2T18	1T19	Δ (%) 2T19 v 2T18	Δ (%) 2T19 v 1T19	1S19	1S18	Δ (%) 1S19 v 1S18
Volume total (mil tons)	421	444	395	(5%)	7%	816	854	(4%)
Envasado	289	311	270	(7%)	7%	559	592	(6%)
Granel	132	133	126	(1%)	5%	257	262	(2%)
EBITDA¹ (R\$ milhões)	111	148	97	(25%)	14%	208	(22)	n/a
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	121	n/a	108	n/a	11%	229	n/a	n/a

¹ No 1S18, considera a multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás. Excluindo esse efeito, o EBITDA foi de R\$ 264 milhões

Desempenho operacional – No segmento envasado o volume diminuiu 7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em função da retração de 4% do mercado nacional, com destaque para a redução mais acentuada em importantes Estados de atuação da Ultragaz (região Sudeste) e de impactos remanescentes da interrupção temporária no fornecimento de GLP em algumas refinarias. No segmento granel o volume foi 1% menor em relação ao 2T18, em linha com a queda do mercado nacional. Em relação ao 1T19, o volume vendido aumentou 7%, explicado pela sazonalidade entre os trimestres.

Receita líquida – Total de R\$ 1.773 milhões (0%), em função dos reajustes nos custos do GLP, compensados pelo menor volume de vendas. Em relação ao 1T19, a receita líquida aumentou 8%, em função do volume de vendas 7% maior no período, combinado com um ligeiro aumento no custo do produto.

Custo dos produtos vendidos – Total de R\$ 1.550 milhões (0%), em função dos reajustes nos custos de GLP, neutralizados pelo menor volume vendido e pelos menores custos com amortização de contratos. Em relação ao 1T19, o custo dos produtos vendidos aumentou 8%, em função do volume de vendas sazonalmente maior, além de um incremento no custo unitário do produto.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 158 milhões (+17%), principalmente devido à maior provisão para créditos de liquidação duvidosa, comparada a uma reversão de provisão no 2T18, e às maiores despesas com frete, parcialmente compensados por uma redução das despesas com marketing. Em relação ao 1T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas diminuíram 4%, devido à menor provisão para créditos de liquidação duvidosa, menores despesas com pessoal e despesas pontuais com processos judiciais no 1T19.

EBITDA – Total de R\$ 111 milhões (-25%), devido ao menor volume de vendas e às maiores despesas no período, conforme explicado anteriormente. Em relação ao 1T19, o EBITDA da Ultragaz foi 14% maior, principalmente devido ao maior volume de vendas e redução nas despesas. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA Pós-ajustes da Ultragaz no 2T19 e no 1S19 foi de R\$ 121 milhões e R\$ 229 milhões, respectivamente.

Investimentos – Foram investidos R\$ 53 milhões, direcionados a clientes do segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção da infraestrutura logística e de suas bases de engarrafamento.

Ultracargo

Comentário do Desempenho

	2T19	2T18	1T19	Δ (%) 2T19 v 2T18	Δ (%) 2T19 v 1T19	1S19	1S18	Δ (%) 1S19 v 1S18
Armazenagem efetiva ¹ (mil m ³)	745	786	758	(5%)	(2%)	752	754	0%
EBITDA (R\$ milhões)	(3)	54	52	n/a	n/a	50	95	(48%)
EBITDA ex-não recorrentes² (R\$ milhões)	50	54	52	(8%)	(4%)	102	95	7%
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	6	n/a	59	n/a	(89%)	65	n/a	n/a

¹ Média mensal

² O EBITDA ex-não recorrentes não considera o efeito de R\$ 53 milhões do TAC no 2T19 e 1S19

Desempenho operacional – A armazenagem média da Ultracargo diminuiu 5% em relação ao 2T18, devido principalmente à menor quantidade de operações *spot* para movimentação de etanol e de combustíveis, atenuada por aumento na movimentação de produtos químicos e corrosivos. Em relação ao 1T19, a armazenagem média nos terminais diminuiu 2%, com menor movimentação de combustíveis e de etanol, parcialmente compensada pela maior movimentação de corrosivos e óleos vegetais.

Receita líquida – Total de R\$ 126 milhões no 2T19 (0%), em razão do mix de produtos movimentados e dos reajustes contratuais, neutralizados pela menor movimentação no período. Em relação ao 1T19, a receita líquida também manteve-se estável, em virtude dos mesmos fatores mencionados anteriormente.

Custo dos serviços prestados – Total de R\$ 63 milhões (+3%), devido aos maiores custos com depreciação e serviços de terceiros em Santos relacionados às atividades para finalização dos projetos de expansão, parcialmente reduzidos pela despesa pontual do pagamento de IPTU retroativo no 2T18. Em relação ao 1T19, o custo dos serviços prestados aumentou 7%, principalmente por maiores gastos com pessoal e com serviços associados à expansão de capacidade em Santos.

Despesas gerais, administrativas e de vendas – Total de R\$ 31 milhões (+32%), devido ao efeito pontual do recebimento de créditos referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária no 2T18 no valor de R\$ 8 milhões, atenuado por menores despesas com assessoria jurídica no 2T19. Em relação ao 1T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 6%, principalmente devido a maiores despesas com projetos.

Outros resultados operacionais – Total de R\$ 50 milhões negativos no 2T19, resultado do complemento da provisão para o pagamento do Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) firmado junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado de São Paulo, em 15 de maio de 2019, para a implementação de ações com o objetivo de compensar os impactos causados ao estuário de Santos pelo incêndio ocorrido no terminal da Ultracargo em abril de 2015. O valor do acordo foi de R\$ 68 milhões, que serão desembolsados até setembro de 2020. A Ultracargo possuía provisão de R\$ 15 milhões para essa finalidade e, no 2T19, realizou o complemento no montante de R\$ 53 milhões, que afetaram o resultado deste trimestre.

EBITDA – Total de R\$ 3 milhões negativos, em função do TAC que impactou o resultado em R\$ 53 milhões. Excluindo o efeito mencionado, o EBITDA foi de R\$ 50 milhões, uma queda de 8%, em função da menor armazenagem média e do efeito pontual do recebimento de créditos no 2T18, parcialmente compensados pelos reajustes contratuais. Em relação ao 1T19, desconsiderando o efeito do TAC, o EBITDA diminuiu 4%, devido ao aumento no custo dos serviços prestados e à menor movimentação no período. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA Pós-ajustes da Ultracargo no 2T19 e no 1S19 foi de R\$ 6 milhões e R\$ 65 milhões, respectivamente.

Investimentos – Na Ultracargo, os investimentos no período foram de R\$ 39 milhões, direcionados à expansão dos terminais de Itaqui e Santos, segurança operacional e manutenção dos terminais.

Extrafarma

Comentário do Desempenho

	2T19	2T18	1T19	Δ (%) 2T19 v 2T18	Δ (%) 2T19 v 1T19	1S19	1S18	Δ (%) 1S19 v 1S18
Número de lojas (final do período)	433	406	440	7%	(2%)	433	406	7%
% de lojas maduras (+3 anos)	47%	46%	46%	1,3 p.p.	1,4 p.p.	47%	46%	1,3 p.p.
Receita bruta (R\$ milhões)	559	559	546	0%	3%	1.105	1.101	0%
EBITDA (R\$ milhões)	(5)	(7)	(21)	30%	78%	(26)	(7)	(274%)
EBITDA Pós-ajustes (R\$ milhões)	18	n/a	1	n/a	n/a	18	n/a	n/a

Desempenho operacional - A Extrafarma encerrou o 2T19 com 433 lojas, sendo 63 aberturas e 36 fechamentos nos últimos 12 meses, equivalente a um aumento de 7% em sua base. Ao final do 2T19, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 53% da rede, reflexo do ritmo de expansão da rede nos últimos anos. Em relação ao 1T19, a Extrafarma abriu 6 lojas e fechou 13, resultado da maior seletividade nos investimentos e maior rigor em relação às lojas com baixo desempenho.

Receita bruta - Total de R\$ 559 milhões (0%), devido ao ambiente competitivo mais pressionado e ao maior fechamento de lojas de baixa performance no período. Esses fatores foram atenuados pelo maior número de lojas e pelo reajuste anual nos preços dos medicamentos. Em relação ao 1T19, a receita bruta aumentou 3%, em função do reajuste anual nos preços dos medicamentos e da recuperação no faturamento, advindo de ações promocionais e de saúde nas lojas.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto - O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 379 milhões (+3%), substancialmente em decorrência do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 151 milhões (-5%), principalmente em função do ambiente competitivo ainda pressionado e do adensamento da rede em novos mercados. Em relação ao 1T19, o custo dos produtos vendidos aumentou 1% e o lucro bruto aumentou 7%, principalmente em função do reajuste anual nos preços de medicamentos ocorrido em abril/19 e da recuperação no faturamento no período, fruto de ações promocionais e de saúde nas lojas.

Despesas gerais, administrativas e de vendas - Total de R\$ 196 milhões (+7%), reflexo do maior número de lojas. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas diminuiram 1%, em razão de menores despesas com pessoal, logísticas e com marketing. Em relação ao 1T19, as despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 4%, reflexo dos maiores gastos com depuração de lojas e indenizações contratuais.

Outros resultados operacionais - Total de R\$ 16 milhões no 2T19, resultado da constituição de créditos tributários de anos anteriores relacionados à decisão judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e créditos sobre verbas previdenciárias.

EBITDA - Total de R\$ 5 milhões negativos em comparação ao reportado de R\$ 7 milhões negativos no 2T18, em função, principalmente, do ambiente competitivo ainda pressionado. Em relação ao 1T19, a melhora no resultado ocorreu, principalmente, devido à recuperação de faturamento e margem no período, beneficiada pela constituição de créditos tributários. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas corporativas, o EBITDA Pós-ajustes da Extrafarma foi de R\$ 18 milhões tanto no 2T19 quanto no 1S19.

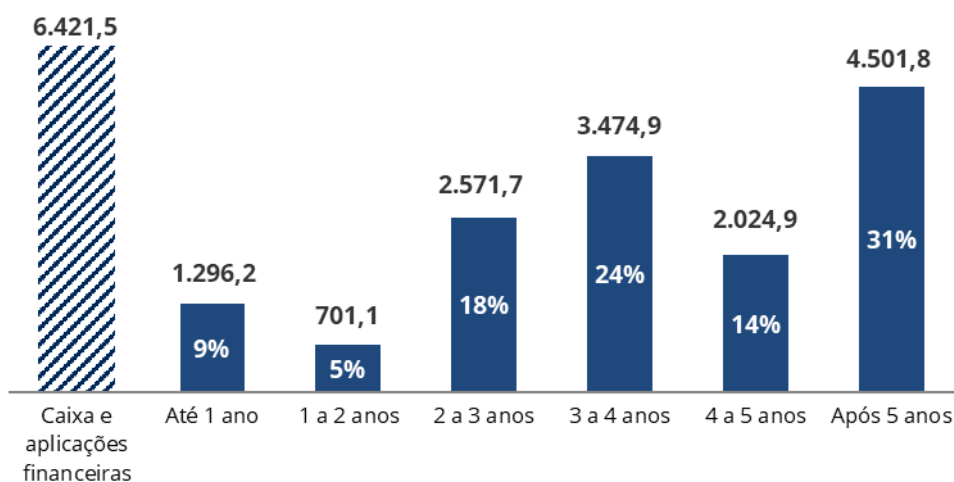
Investimentos - No 2T19, foram investidos R\$ 24 milhões, direcionados ao novo centro de distribuição em São Paulo, que iniciará suas atividades em agosto e proporcionará melhores condições logísticas e de nível de serviço nas operações do estado, abertura e reforma de lojas e à tecnologia da informação, com foco na melhoria operacional e na experiência de compra do consumidor.

Endividamento (R\$ milhões)

Comentário do Desempenho

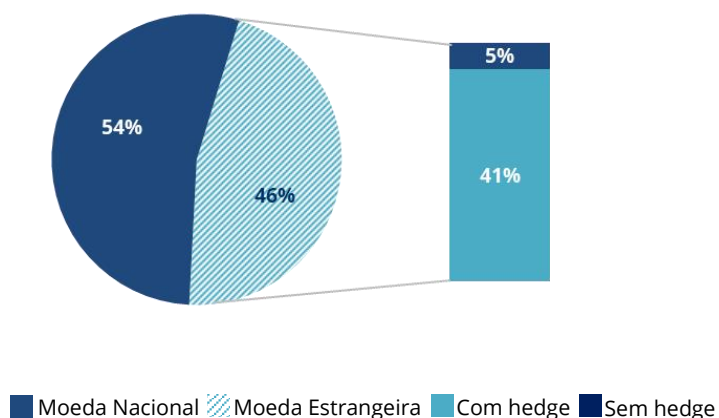
Ultrapar consolidado	2T19	1T19	2T18
Dívida bruta	(14.570,6)	(15.112,0)	(15.044,7)
Caixa e aplicações financeiras	6.421,5	6.492,0	6.119,3
Dívida líquida	(8.149,1)	(8.620,0)	(8.925,5)
Dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM	2,60x	2,65x	2,55x
Custo médio da dívida (% CDI)	97,6%	97,5%	95,7%
Rendimento médio do caixa (% CDI)	91,3%	97,4%	93,8%
Prazo médio de amortização (anos)	5,0	4,3	4,3

Perfil de amortização:



Composição por moeda:

Moeda Nacional	7.915,6
Moeda Estrangeira	6.625,3
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	29,7
Total	14.570,6



Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais da controladora e consolidadas (“informações trimestrais”) foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais, exceto pela adoção do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 16/CPC 06 (R2) em 1 de janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragas, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 30.654 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 23.987 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

h. Ativos de direito de uso e arrendamento

As controladas da Sociedade reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

As controladas da Sociedade aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

câmbio da data-base das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 59.971 de ganho cambial (R\$ 65.857 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 26.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiteno Andina, C.A. (ii)	Bolívar Soberano	Venezuela

(i) A controlada Oxiteno Uruguay S.A. (“Oxiteno Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29 (CPC 42), as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiteno Andina, C.A. (“Oxiteno Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. O Bolívar Soberano (“VES”) era negociado em 30 de junho de 2019 à taxa de 6.733,29 VES/US\$ para venda e 6.716,46 VES/US\$ para compra.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 totalizou R\$ 1.218 (perda de R\$ 6.105 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiten Andina (nota explicativa nº 2.s.1.ii), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável em 30 de junho de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas informações trimestrais:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos; e

- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 7/ CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2):

	01/01/2019
Ativo circulante	
Despesa antecipada	(39.066)
Ativo não circulante	
Despesa antecipada	(288.630)
Ativos de direito de uso Intangível	1.731.427
	(39.928)
Total do ativo	<u>1.363.803</u>
Passivo circulante	
Arrendamentos a pagar	13.827
Passivo não circulante	
Arrendamentos a pagar	1.349.976
Total do passivo	<u>1.363.803</u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento mercantil estão substancialmente concluídas.

Para fins de mensuração, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto nominal e estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC23/ICPC22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 14 de agosto de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

b. Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/06/2019		31/12/2018	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio ⁽²⁾	Brasil	Oxiten	-	100	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguaí	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. ⁽³⁾	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em 30 de abril de 2019, a controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) adquiriu a totalidade das ações preferenciais classe “B” de sua emissão, com o consequente cancelamento.
- (3) Companhia constituída em 20 de maio de 2019 devido a licitação do porto de Vila do Conde (vide nota explicativa nº 35.c).

c. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

A Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), adquiriu a totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”). Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação. Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.421.516 em 30 de junho de 2019 (R\$ 6.994.406 em 31 de dezembro de 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	196	381	145.539	117.231
Em moeda estrangeira	-	-	62.112	88.251
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	69.687	171.934	2.683.000	3.722.308
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	18.651	11.161
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>69.883</u>	<u>172.315</u>	<u>2.909.302</u>	<u>3.938.951</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	119.249	565.930	2.775.408	2.537.315
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	186.755	154.811
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	550.051	363.329
Total de aplicações financeiras	<u>119.249</u>	<u>565.930</u>	<u>3.512.214</u>	<u>3.055.455</u>
Circulante	119.249	565.930	3.177.404	2.853.106
Não circulante	-	-	334.810	202.349

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.j).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes nacionais	4.067.642	4.290.996
Clientes estrangeiros	231.844	244.960
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(428.900)</u>	<u>(385.080)</u>
	<u>3.870.586</u>	<u>4.150.876</u>
Circulante	3.843.723	4.069.307
Não circulante	26.863	81.569

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2019	4.299.486	3.448.954	139.767	49.798	58.903	64.645	537.419
31/12/2018	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2019	428.900	25.946	20.564	6.093	5.955	42.523	327.819
31/12/2018	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	385.080
Adições	55.968
Baixas	<u>(12.148)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>428.900</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	895.090	855.229
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(164.387)</u>	<u>(139.699)</u>
	<u>730.703</u>	<u>715.530</u>
Circulante	382.458	367.262
Não circulante	348.245	348.268

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2019	895.090	628.725	21.489	13.797	8.312	22.709	200.058
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2019	164.387	30.130	2.296	1.667	1.011	13.139	116.144
31/12/2018	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.699
Adições	25.393
Baixas	(705)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>164.387</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Provisão para perdas</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Provisão para perdas</u>	<u>Saldo líquido</u>
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.461.992	(1.936)	1.460.056	1.367.015	(1.804)	1.365.211
Produtos acabados	488.399	(31.773)	456.626	581.504	(20.923)	560.581
Produtos em elaboração	3.650	-	3.650	1.412	-	1.412
Matérias-primas	377.742	(2.543)	375.199	383.161	(1.894)	381.267
Gás liquefeito de petróleo - GLP	99.173	(5.761)	93.412	109.362	(5.761)	103.601
Materiais de consumo e outros itens para revenda	144.261	(2.635)	141.626	150.188	(3.770)	146.418
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	581.047	(3.740)	577.307	583.060	(5.364)	577.696
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	129.552	(2.964)	126.588	193.928	(2.964)	190.964
Imóveis para revenda	29.273	(107)	29.166	27.489	(107)	27.382
	<u>3.315.089</u>	<u>(51.459)</u>	<u>3.263.630</u>	<u>3.397.119</u>	<u>(42.587)</u>	<u>3.354.532</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(410)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>9.282</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>51.459</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ajuste ao valor de realização	20.993	21.402
Obsolescência e outras perdas	<u>30.466</u>	<u>21.185</u>
Total	<u>51.459</u>	<u>42.587</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS (a.1)	811.118	710.669
Provisão para perdas de ICMS (a.1)	(95.200)	(99.187)
PIS e COFINS (a.2)	724.154	720.731
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	30.693	31.678
Outros	<u>34.636</u>	<u>22.988</u>
Total	<u>1.505.401</u>	<u>1.386.879</u>
Circulante	758.240	639.699
Não circulante	747.161	747.180

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos.

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 pelas controladas IPP e Cia. Ultragaz, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) possui créditos decorrentes de restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS-Semestralidade. As controladas Oxiteno S.A. e Extrafarma possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Importação. A realização dos créditos da Oxiteno S.A. se dará por reestruturação societária com a Oxiteno Nordeste. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e CSLL a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL	74.877	88.390	367.769	362.784
Total	74.877	88.390	367.769	362.784
Circulante	35.430	39.705	277.540	257.182
Não circulante	39.447	48.685	90.229	105.602

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos para as controladas Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste e em até 2 anos para as demais.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Partes relacionadas****a. Sociedades relacionadas****a.1 Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	26.575
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.540	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.472	-
Total em 30 de junho de 2019	<u>761.288</u>	<u>1.540</u>	<u>5.472</u>	<u>26.575</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	27.485
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro 2018	<u>761.288</u>	<u>3.975</u>	<u>5.158</u>	
Total em 30 de junho de 2018				<u><u>27.485</u></u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.098
Total em 30 de junho de 2019	<u>490</u>	<u>4.023</u>

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>490</u>	<u>4.071</u>

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados		
			Compras	Despesas	
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.603	1	9.547	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	220.039	-	509.073	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	3.481	113	1.174	50	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	124	-	-	735
Total em 30 de junho de 2019	<u>3.481</u>	<u>221.879</u>	<u>1.175</u>	<u>518.670</u>	<u>735</u>

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados		
			Compras	Despesas	
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	3	9.135	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	509.271	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	1.431	758	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	750
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>1.042</u>	<u>25.450</u>			
Total em 30 de junho de 2018			<u>1.434</u>	<u>519.164</u>	<u>750</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 30 de junho de 2019 (15 drogarias em 31 de dezembro de 2018), empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Remuneração de curto prazo	23.856	21.610
Remuneração em ações	3.879	(2.112) (*)
Benefício pós-emprego	1.335	1.187
Benefício de rescisão do cargo	-	905
Total	<u>29.070</u>	<u>21.590</u>

(*) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	200.000	2022 a 2024	34,00	9.378	(3.716)	5.662
4 de março de 2016	380.000	2021 a 2023	32,72	17.147	(9.708)	7.439
9 de dezembro de 2014	800.000	2019 a 2021	25,32	27.939	(21.749)	6.190
5 de março de 2014	111.200	2019 a 2021	26,08	5.999	(5.301)	698
7 de novembro de 2012	153.328	2017 a 2019	21,45	16.139	(15.923)	216
	<u>1.644.528</u>			<u>76.602</u>	<u>(56.397)</u>	<u>20.205</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a amortização de R\$ 5.325 (R\$ 1.549 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.700.128
Ações transferidas aos administradores	(55.600)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>1.644.528</u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(3.688)	8.954
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	75.876	2020 a 2022	38,19	5.014	(2.199)	2.815
Restritas e performance	9 de abril de 2018	184.076	2021 a 2023	34,35	12.066	(3.970)	8.096
Restritas	19 de setembro de 2018	160.000	2024	19,58	4.321	(540)	3.781
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(254)	1.776
Restritas e performance	3 de abril de 2019	<u>567.876</u>	2022 a 2024	23,25	<u>24.491</u>	<u>(1.602)</u>	<u>22.889</u>
		<u>1.307.828</u>			<u>60.564</u>	<u>(12.253)</u>	<u>48.311</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 5.404 em relação ao Plano (R\$ 2.619 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	120.158	116.191
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	154.324	154.516
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	84.030	85.575
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	182.628	147.376
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	10.488	12.258
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.145	75.838
Provisão para retirada de tanques	-	-	15.914	15.801
Demais provisões	10.032	14.034	157.617	144.354
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	4.411	-	246.861	208.036
Total	14.443	14.034	1.047.165	959.945
Compensações de saldos passivos	-	-	(447.818)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no ativo	14.443	14.034	599.347	514.187
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.915	1.981
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.606	2.858
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	204.196	138.332
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	214.373	187.845
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	115.391	117.352
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	1.886	-
Demais provisões	-	-	8.111	6.687
Total	-	-	548.478	455.055
Compensações de saldos ativos	-	-	(447.818)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	100.660	9.297

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	14.034	29.158	504.890	530.419
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	409	(23.977)	2.566	(12.310)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	(9.025)	125.651
Outros	-	-	256	3.911
Saldo final	<u>14.443</u>	<u>5.181</u>	<u>498.687</u>	<u>647.671</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	6.967	218.560
De 1 a 2 anos	2.089	140.374
De 2 a 3 anos	2.089	190.955
De 3 a 5 anos	2.712	192.114
De 5 a 7 anos	586	200.269
De 7 a 10 anos	-	104.893
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>14.443</u>	<u>1.047.165</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	17.296	69.607	630.216	472.477
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(5.881)	(23.666)	(214.273)	(160.642)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	6.342	(143)	(33.738)	(39.685)
Receitas não tributáveis (ii)	11	13	13.640	12.593
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	5.303	4.758
Juros sobre capital próprio (iv)	-	(538)	-	(538)
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativo fiscal diferido reconhecido (v)	-	-	(43.782)	(16.885)
Demais ajustes	(63)	12	(3.503)	1.870
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	409	(24.322)	(276.353)	(198.529)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	19.471	45.949
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	409	(24.322)	(256.882)	(152.580)
Corrente	-	(345)	(259.448)	(140.270)
Diferido	409	(23.977)	2.566	(12.310)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	(2,4)	34,9	40,8	32,3

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2027
	Base de Suape ⁽²⁾	75	2027
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em 22 de outubro de 2018, foi protocolado o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ na Receita Federal do Brasil, a qual possuía o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa, configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2019, retroativo a janeiro de 2018, no montante de R\$ 1.067.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. Foi protocolado em 23 de janeiro de 2019 na Receita Federal do Brasil o Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, homologado em maio de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2019, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.030.447 (R\$ 873.718 em 31 de dezembro de 2018) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.032.197 (R\$ 876.315 em 31 de dezembro de 2018), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 760.414 (R\$ 620.906 em 31 de dezembro de 2018).

Em 30 de junho de 2019 o saldo constituído de tributos diferidos é R\$ 246.861. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 208.036 foi suportado pelo estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal ("CF") e aprovado pelo CA da Sociedade.

O montante do IRPJ e CSLL diferido ativo não constituído devido à incerteza de sua efetiva realização é de R\$ 264.667 em 30 de junho de 2019 (R\$ 220.832 em 31 de dezembro de 2018).

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aluguéis ⁽¹⁾	92.945	413.799
Propaganda e publicidade	49.700	54.011
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	19.812	22.737
Prêmios de seguros	63.755	52.607
Manutenção de <i>software</i>	15.814	21.667
Demais despesas antecipadas	<u>24.895</u>	<u>21.844</u>
	<u>266.921</u>	<u>586.665</u>
Circulante	159.979	187.570
Não circulante	106.942	399.095

⁽¹⁾ Com a adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2), alguns contratos foram transferidos para rubrica ativos de direito de uso (vide nota explicativa nº 2.y).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

	30/06/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.518.477
Adições	126.334
Amortizações	(177.818)
Transferências	(10.669)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>1.456.324</u>
Circulante	478.863
Não circulante	977.461
	30/06/2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.502.360
Adições	177.008
Amortizações	(196.680)
Transferências	611
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>1.483.299</u>
Circulante	471.084
Não circulante	1.012.215

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Investimentos**a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/06/2019				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.229.987	6.187.898	18.359.582	3.989.486	565.007
Passivo	2.536	4.288.565	11.209.153	4.011.802	513.662
Patrimônio líquido	1.227.451	1.899.333(*)	7.150.429(*)	(22.316)	51.345
Receita líquida de vendas e serviços	-	678.828	34.784.070	-	1.010.002
Lucro (prejuízo) líquido	(467)	74.844(*)	281.596(*)	(31.907)	1.568
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
	31/12/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655(*)	5.415.812(*)	9.590	60.590
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	615.020	35.518.210	-	962.307
Lucro líquido	62.527	70.824(*)	141.822(*)	(4.506)	3.664
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	(467)	74.844	281.563	(31.904)	324.036	521	324.557
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.015)	(991.490)	-	-	(1.041.505)	(1.221)	(1.042.726)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(25)	-	(25)	-	(25)
Instrumento patrimonial outorgado	89	284	2.863	-	3.236	-	3.236
Ajustes de avaliação patrimonial	19	15.842	121	-	15.982	(2.369)	13.613
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(5.946)	-	-	(5.946)	-	(5.946)
Aumento de capital em dinheiro	-	-	1.450.000	-	1.450.000	-	1.450.000
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiten NE	402	(856)	-	-	(454)	-	(454)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.227.451	1.899.333	7.150.334	(22.314)	10.254.804	17.049	10.271.853

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.165.426	2.682.015	5.407.699	13.121	9.268.261	54.739	9.323.000
Equivalência patrimonial	62.527	70.824	141.837	(4.506)	270.682	(523)	270.159
Dividendos	-	(97.849)	(353.824)	-	(451.673)	(31.174)	(482.847)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Instrumento patrimonial outorgado	27	103	1.514	-	1.644	-	1.644
Ajustes de avaliação patrimonial	(115)	(207.676)	(1.855)	35	(209.611)	2.547	(207.064)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	44.668	(280)	-	44.388	-	44.388
Saldo em 30 de junho de 2018	1.227.865	2.492.085	5.195.089	8.650	8.923.689	25.589	8.949.278

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<u>União Vopak</u>	<u>RPR</u>	<u>ConectCar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	101.954
Aporte de capital	-	-	8.750	8.750
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.369)	-	(2.369)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(1.473)	(1.221)	-	(2.694)
Equivalência patrimonial	1.082	521	(12.920)	(11.317)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>7.055</u>	<u>17.049</u>	<u>70.220</u>	<u>94.324</u>
	<u>União Vopak</u>	<u>RPR</u>	<u>ConectCar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	122.061
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.547	-	2.547
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(31.174)	-	(31.174)
Equivalência patrimonial	1.383	(523)	(8.307)	(7.447)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>7.479</u>	<u>25.589</u>	<u>68.919</u>	<u>101.987</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/06/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.012	419.719	133.693
Ativo não circulante	8.103	145.288	154.242
Passivo circulante	1.833	440.567	146.593
Passivo não circulante	172	73.095	904
Patrimônio líquido	14.110	51.345	140.438
Receita líquida	8.404	1.010.002	36.584
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.922)	(1.007.683)	(63.856)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(316)	(751)	1.432
Lucro (prejuízo) líquido	2.166	1.568	(25.840)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/12/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	30/06/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	9.966	962.307	26.939
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.872)	(960.859)	(52.805)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.326)	2.216	9.254
Lucro (prejuízo) líquido	2.768	3.664	(16.612)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2019, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	(381)	-	-	-	30	(351)
Equivalência patrimonial	921	360	(19)	(46)	53	1.269
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>5.229</u>	<u>15.726</u>	<u>3.571</u>	<u>182</u>	<u>548</u>	<u>25.256</u>

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(839)	-	-	-	(206)	(1.045)
Equivalência patrimonial	525	546	(27)	(69)	95	1.070
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>4.784</u>	<u>15.004</u>	<u>3.591</u>	<u>271</u>	<u>466</u>	<u>24.116</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/06/2019				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.657	45.004	10	39	153
Ativo não circulante	14.651	84.476	10.241	847	2.790
Passivo circulante	1.788	12.383	-	37	46
Passivo não circulante	602	9.266	3.110	302	1.250
Patrimônio líquido	20.918	107.831	7.141	547	1.647
Receita líquida	6.530	27.566	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.524)	(23.799)	(48)	(111)	170
Resultado financeiro e imposto de renda	(107)	(1.380)	10	(28)	(11)
Lucro (prejuízo) líquido	3.899	2.387	(38)	(139)	159
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	31/12/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	5.214	25.962	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.878)	(20.387)	(5)	(199)	295
Resultado financeiro e imposto de renda	(116)	(1.955)	6	(8)	(9)
Lucro (prejuízo) líquido	2.220	3.620	1	(207)	286
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragas: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 30/06/2019
Custo:								
Imóveis	7	1.636.330	228.029	(14.450)	26.106	30.320	-	1.906.335
Outros	4	95.097	16.403	(1.044)	27.847	186	-	138.489
		<u>1.731.427</u>	<u>244.432</u>	<u>(15.494)</u>	<u>53.953</u>	<u>30.506</u>	<u>-</u>	<u>2.044.824</u>
Amortização acumulada:								
Imóveis		-	-	475	-	-	(134.422)	(133.947)
Outros		-	-	142	(13.587)	-	(18.835)	(32.280)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>617</u>	<u>(13.587)</u>	<u>-</u>	<u>(153.257)</u>	<u>(166.227)</u>
Custo líquido		<u>1.731.427</u>	<u>244.432</u>	<u>(14.877)</u>	<u>40.366</u>	<u>30.506</u>	<u>(153.257)</u>	<u>1.878.597</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.066
Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.363.803
Apropriação de juros	45.800
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(155.148)
Adições e remensurações	244.432
Baixas de contratos	(15.025)
Variação monetária e cambial	34.786
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>1.564.714</u>
Circulante	203.469
Não circulante	1.361.245

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

30/06/2019	
Até 1 ano	329.139
De 1 a 2 anos	556.972
De 2 a 3 anos	430.334
De 3 a 4 anos	362.889
De 4 a 5 anos	254.332
Mais de 5 anos	630.033
	<u>2.563.699</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/06/2019	6.956	5.284	-	12.240

O total de arrendamento mercantil, reconhecido como despesa em 30 de junho de 2019, foi R\$ 4.063 (R\$ 6.291 em 30 de junho de 2018).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2019
Custo:								
Terrenos	-	620.879	-	-	4.784	-	(808)	624.855
Edificações	32	1.801.073	2.194	-	45.317	(394)	(4.871)	1.843.319
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	1.015.640	6.370	-	40.277	(14.439)	(7)	1.047.841
Máquinas e equipamentos	13	5.219.256	53.198	-	98.080	(1.957)	(29.186)	5.339.391
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.864.333	50.537	-	60.389	(20.494)	-	2.954.765
Tanques e vasilhames para GLP	10	743.016	23.487	-	(6.993)	(18.701)	-	740.809
Veículos	7	308.756	11.656	-	622	(10.809)	(176)	310.049
Móveis e utensílios	9	279.016	6.711	-	1.878	(1.976)	(596)	285.033
Obras em andamento	-	922.799	268.932	-	(255.857)	-	(2.243)	933.631
Adiantamentos a fornecedores	-	14.088	5.794	-	(8.921)	-	-	10.961
Importações em andamento	-	41	3.248	-	(384)	-	(1)	2.904
Equipamentos de informática	5	395.063	6.593	-	59	(2.735)	(37)	398.943
		<u>14.183.960</u>	<u>438.720</u>	<u>-</u>	<u>(20.749)</u>	<u>(71.505)</u>	<u>(37.925)</u>	<u>14.492.501</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Deprecia- ções</u>	<u>Transfe- rências (i)</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Saldo em 30/06/2019</u>
Depreciação acumulada:							
Edificações	(743.117)	-	(27.503)	-	322	3.003	(767.295)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(558.042)	-	(42.277)	2.224	13.678	2	(584.415)
Máquinas e equipamentos	(2.969.209)	-	(146.767)	3.034	1.697	22.502	(3.088.743)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.657.608)	-	(80.934)	-	17.726	-	(1.720.816)
Tanques e vasilhames para GLP	(401.056)	-	(31.787)	4.467	10.161	-	(418.215)
Veículos	(123.650)	-	(13.806)	28	5.925	174	(131.329)
Móveis e utensílios	(155.339)	-	(8.912)	(12)	1.937	589	(161.737)
Equipamentos de informática	(288.083)	-	(17.331)	-	2.656	23	(302.735)
	<u>(6.896.104)</u>	<u>-</u>	<u>(369.317)</u>	<u>9.741</u>	<u>54.102</u>	<u>26.293</u>	<u>(7.175.285)</u>
Provisão para perdas:							
Adiantamento a fornecedores	(83)	(28)	-	-	-	-	(111)
Edificações	(306)	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(827)	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.385)	729	-	-	-	7	(649)
Máquinas e equipamentos	(6.117)	-	-	-	-	23	(6.094)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(165)	-	-	-	54	-	(111)
Obras em andamento	(38)	-	-	-	-	-	(38)
Móveis e utensílios	(70)	-	-	-	-	-	(70)
	<u>(8.991)</u>	<u>701</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>30</u>	<u>(8.206)</u>
Custo líquido	<u>7.278.865</u>	<u>439.421</u>	<u>(369.317)</u>	<u>(11.008)</u>	<u>(17.349)</u>	<u>(11.602)</u>	<u>7.309.010</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível e estoques.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em	Adoção do		Amortizações	Transfêrências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em
		31/12/2018	IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições					30/06/2019
Custo:									
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	5	1.062.486	-	41.739	-	2.370	(94)	(169)	1.106.332
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	10	64.032	(56.813)	2.545	-	(1.466)	(461)	-	7.837
Fundo de comércio	6	142.989	-	1.504	-	(10.895)	-	-	133.598
Marcas (d)	-	120.571	-	-	-	-	-	(528)	120.043
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	43.281	-	1.300	-	(355)	-	(152)	44.074
		<u>3.105.856</u>	<u>(56.813)</u>	<u>47.088</u>	<u>-</u>	<u>(10.346)</u>	<u>(555)</u>	<u>(849)</u>	<u>3.084.381</u>
Amortização acumulada:									
Software		(537.438)	-	-	(47.773)	13	88	267	(584.843)
Tecnologia		(32.613)	-	-	(3)	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(23.931)	16.885	-	(60)	(512)	461	-	(7.157)
Fundo de comércio		(106.597)	-	-	(3.424)	4.177	-	-	(105.844)
Direito de uso de marcas		(3.182)	-	-	(1.469)	-	-	-	(4.651)
Outros		(32.740)	-	-	(52)	137	-	1	(32.654)
		<u>(736.501)</u>	<u>16.885</u>	<u>-</u>	<u>(52.781)</u>	<u>3.815</u>	<u>549</u>	<u>268</u>	<u>(767.765)</u>
Custo líquido		<u>2.369.355</u>	<u>(39.928)</u>	<u>47.088</u>	<u>(52.781)</u>	<u>(6.531)</u>	<u>(6)</u>	<u>(581)</u>	<u>2.316.616</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	5.731	5.618
Despesas com vendas e comerciais	1.501	2.965
Despesas gerais e administrativas	<u>45.549</u>	<u>33.372</u>
	<u>52.781</u>	<u>41.955</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
CBLSA	Ipiranga	69.807	69.807
Oxiten Uruguay	Oxiten	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxiten	<u>583</u>	<u>583</u>
		<u>1.525.088</u>	<u>1.525.088</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018 variaram de 8,4% a 13,9% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2019 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros.

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Empréstimos, financiamentos e debêntures****a. Composição****a.1 Controladora**

Descrição	30/06/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	<u>1.757.911</u>	<u>1.756.954</u>	CDI	105,3	2023
Circulante	34.921	34.504			
Não circulante	1.722.990	1.722.450			

a.2 Consolidado

Descrição	30/06/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	4.000.024	2.889.631	US\$	+5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.025.693	985.268	US\$	+3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (e)	612.585	620.605	US\$ + LIBOR (1)	+2,1	2019 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	589.536	582.106	US\$ + LIBOR (1)	+0,9	2022 a 2023
Financiamento externo (c.2)	231.979	234.363	US\$+ LIBOR (1)	+2,0	2020
Instituições financeiras (e)	125.724	127.288	US\$	+2,9	2019 a 2022
Instituições financeiras (e)	20.192	27.845	MX\$ (2)	+9,6	2019
Instituições financeiras (e)	18.056	3.950	MX\$+TIIE (2)	+1,5	2019
BNDES (d)	1.394	2.596	US\$	+6,5	2019 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	119	1.485	US\$	+3,6	< 10 dias
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	-	<u>11.702</u>	US\$		
Total moeda estrangeira	<u>6.625.302</u>	<u>5.486.839</u>			

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Descrição	30/06/2019	31/12/2018	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 30/06/2019 - % a.a.	
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.036.040	2.029.545	CDI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	1.923.198	2.039.743	CDI	105,0	2020 a 2022
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.757.911	1.756.954	CDI	105,3	2023
Banco do Brasil pós-fixado (f)	1.013.923	2.614.704	CDI	110,9	2020 a 2022
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	902.811	833.213	IPCA	+4,6	2024 a 2025
BNDES (d)	103.663	147.922	TJLP (3)	+2,4	2019 a 2023
Cédula de Crédito Bancário	51.992	50.075	CDI	124,0	2019
FINEP	47.184	53.245	TJLP (3)	+1,6	2019 a 2023
BNDES (d)	41.312	51.467	SELIC (5)	+2,3	2019 a 2023
FINEP	16.031	22.553	R\$	+4,0	2019 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	12.904	15.776	R\$ (4)	+8,5	2019 a 2021
BNDES (d)	8.560	14.071	R\$	+6,5	2019 a 2022
FINAME	27	32	TJLP (3)	+5,7	2019 a 2022
Total moeda nacional	<u>7.915.556</u>	<u>9.629.300</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>14.540.858</u>	<u>15.116.139</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>29.724</u>	<u>43.944</u>			
Total	<u>14.570.582</u>	<u>15.160.083</u>			
Circulante	1.296.153	2.271.148			
Não circulante	13.274.429	12.888.935			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.g).

- (1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (2) MX\$ = peso mexicano; TIIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de junho de 2019, a TJLP estava fixada em 6,26% a.a.
- (4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.116.139
Captações com efeito caixa	1.997.984
Apropriação de juros	446.277
Pagamento de principal	(2.063.895)
Pagamento de juros	(1.003.282)
Variação monetária e cambial	(60.400)
Variação de valor justo	108.035
	<hr/>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>14.540.858</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
De 1 a 2 anos	701.113	960.038
De 2 a 3 anos	2.571.726	1.548.092
De 3 a 4 anos	3.474.874	3.216.293
De 4 a 5 anos	2.024.910	3.428.130
Mais de 5 anos	4.501.806	3.736.382
	<hr/>	<hr/>
	<u>13.274.429</u>	<u>12.888.935</u>

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 2.874,2 milhões em 30 de junho de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 1.916,1 milhões em 30 de junho de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 766,4 milhões em 30 de junho de 2019) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 574,8 milhões em 30 de junho de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

c.1 A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395 milhões (equivalente a R\$ 1.513,6 milhões em 30 de junho de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,3% do CDI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)	Custo em % do CDI
Encargos ⁽¹⁾	26,5	101,6	-
jun/2021	100,0	383,2	105,0
jul/2021	60,0	229,9	101,8
jul/2023	50,0	191,6	104,8
set/2023	60,0	229,9	105,0
set/2023	65,0	249,1	104,7
nov/2023	60,0	229,9	104,5
Total / custo médio	<u>421,5</u>	<u>1.615,2</u>	<u>104,3</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2 A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 229,9 milhões em 30 de junho de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões	R\$ milhões
Encargos ⁽¹⁾	0,2	0,8
ago/2019	10,0	38,2
fev/2020	10,0	38,2
ago/2020	10,0	38,2
set/2020	20,0	76,5
fev/2021	10,0	38,2
mar/2022	30,0	114,7
out/2022	40,0	153,1
mar/2023	30,0	114,7
Total	<u>160,2</u>	<u>612,6</u>

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2019):

Vencimento	
mai/2020	337.974
mai/2021	337.974
mai/2022	<u>337.975</u>
Total	<u>1.013.923</u>

g. Debêntures

g.1. Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- g.2.** Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- g.3.** Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.4. Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.5. Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.6. Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2019).

Vencimento	
mai/2020	167.617
mai/2021	166.100
abr/2022	659.929
jul/2022	1.589.481
out/2022	729.276
mar/2023	1.757.911
dez/2023	646.835
abr/2024	399.296
out/2024	241.635
dez/2025	<u>261.880</u>
Total	<u>6.619.960</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2019
Debêntures (g)	0,2	56.376	-	(9.108)	47.268
Notas no mercado externo (b)	0,0	13.881	18.442	(2.489)	29.834
Banco do Brasil (f)	0,2	3.437	-	(2.280)	1.157
Financiamentos externos (c)	0,1	331	-	(147)	184
Outros	0,2	2.432	-	(599)	1.833
Total		76.457	18.442	(14.623)	80.276

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	13.160	12.635	11.164	6.566	3.223	520	47.268
Notas no mercado externo (b)	3.427	3.420	3.422	3.424	3.435	12.706	29.834
Banco do Brasil (f)	587	385	185	-	-	-	1.157
Financiamento externo (c)	184	-	-	-	-	-	184
Outros	703	585	390	155	-	-	1.833
Total	18.061	17.025	15.161	10.145	6.658	13.226	80.276

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 71.820 em 30 de junho de 2019 (R\$ 69.822 em 31 de dezembro de 2018) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 11.606.499 em 30 de junho de 2019 (R\$ 10.667.175 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 327.067 em 30 de junho de 2019 (R\$ 271.162 em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, a Sociedade presta garantias relacionadas ao fornecimento de GLP pela Petrobras no montante de até R\$ 45.000.

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

	IPP		Oxitenó	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	15.099	-	2.512	2.750
Vencimento de até	60 meses	-	3 meses	3 meses
Valor justo das garantias outorgadas	179	-	63	68

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 30 de junho de 2019, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “*demaís contas a pagar*” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Fornecedores (Consolidado)**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores nacionais	1.781.616	2.079.010
Fornecedores nacionais - convênio (i)	406.090	73.169
Fornecedores estrangeiros	191.554	472.597
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	127.049	106.901
	<u>2.506.309</u>	<u>2.731.677</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênio com instituição financeira, que consiste na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual a instituição financeira antecipa um determinado montante para o fornecedor e recebe na data de vencimento o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

18 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões sobre folha de pagamento	214.105	186.200
Participação nos lucros, bônus e prêmios	88.111	147.170
Encargos sociais	54.358	67.043
Outros	12.749	27.779
	<u>369.323</u>	<u>428.192</u>

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS	147.095	166.038
PIS e COFINS	20.553	38.055
ISS	23.602	22.339
IVA das controladas no exterior	20.099	21.306
Outros	17.874	20.267
	<u>229.223</u>	<u>268.005</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as controladas contribuíram com R\$ 10.842 (R\$ 12.202 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2019 atingiu 8.346 participantes ativos e 304 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2018.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	116.832	112.628
Indenização do FGTS	78.416	83.781
Gratificação por tempo de serviço	33.698	37.397
Seguro de vida ⁽¹⁾	<u>16.672</u>	<u>16.009</u>
Total	<u>245.618</u>	<u>249.815</u>
Circulante	43.158	45.655
Não circulante	202.460	204.160

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
Adições (novos tanques)	164
Gastos com tanques retirados	(1.265)
Despesa com atualização	1.286
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>54.852</u>
Circulante	4.001
Não circulante	50.851

22 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30/06/2019
IRPJ e CSLL (a.1.1)	532.341	-	-	-	8.018	540.359
PIS e COFINS	26.271	-	(4.173)	-	358	22.456
ICMS	100.823	1.204	(1.865)	(233)	200	100.129
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	90.932	2.967	(17.130)	(2.395)	2.797	77.171
Trabalhistas (a.3.1)	101.173	16.132	(3.805)	(7.332)	1.476	107.644
Outras	<u>91.531</u>	<u>802</u>	<u>(1.077)</u>	<u>-</u>	<u>1.245</u>	<u>92.501</u>
Total	<u>943.071</u>	<u>21.105</u>	<u>(28.050)</u>	<u>(9.960)</u>	<u>14.094</u>	<u>940.260</u>
Circulante	77.822					91.416
Não circulante	865.249					848.844

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributários	741.986	727.493
Trabalhistas	73.873	69.978
Cíveis e outros	<u>96.692</u>	<u>84.036</u>
Total – ativo não circulante	<u>912.551</u>	<u>881.507</u>

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragas e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 508.405 em 30 de junho de 2019 (R\$ 500.260 em 31 de dezembro de 2018). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 77.171 em 30 de junho de 2019 (R\$ 90.932 em 31 de dezembro de 2018).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 107.644 em 30 de junho de 2019 (R\$ 101.173 em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.900.184 em 30 de junho de 2019 (R\$ 2.839.219 em 31 de dezembro de 2018).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.011.401 em 30 de junho de 2019 (R\$ 1.941.749 em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 171.151 em 30 de junho de 2019 (R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2018).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 883.838 em 30 de junho de 2019 (R\$ 836.393 em 31 de dezembro de 2018). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 330.413 em 30 de junho de 2019 (R\$ 318.550 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 129.437 (R\$ 126.639 em 31 de dezembro de 2018) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 128.189 em 30 de junho de 2019 (R\$ 125.703 em 31 de dezembro de 2018); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 115.664 em 30 de junho de 2019 (R\$ 121.745 em 31 de dezembro de 2018); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 184.443 em 30 de junho de 2019 (R\$ 185.512 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 720.649 em 30 de junho de 2019 (R\$ 674.126 em 31 de dezembro de 2018) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 203.817 em 30 de junho de 2019 (R\$ 193.771 em 31 de dezembro de 2018), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 603.144 totalizando 3.273 processos em 30 de junho de 2019 (R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.808 em 30 de junho de 2019 (R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2018). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R\$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, sendo que, para este último, houve a aplicação de multa administrativa por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis, no montante de R\$ 40.693 (vide nota explicativa nº 36.c). A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 30 de junho de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Adicionalmente, em 30 de junho de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 51.904 (R\$ 62.930 em 31 de dezembro de 2018). Em 30 de junho de 2019 não existem pleitos extrajudiciais (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018). Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 285.639 totalizando 1.711 processos em 30 de junho de 2019 (R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento definitivo no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. Para a Oxiteno Nordeste foi proferida decisão favorável, aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Para a EMCA, a decisão de 1ª instância favorável à empresa foi revertida no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo opostos Embargos de Declaração. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 3.736 (R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2018) estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 191.110 em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiteno S.A. e Extrafarma há ação transitada em julgado e os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir foram devidamente confirmados pela administração. Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

23 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018.

Dos 150 mil m³ que estavam paralisados, em junho de 2017, foram obtidas as licenças necessárias para a volta da operação do equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo de indenizações a clientes e terceiros em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.501 foi liquidado no 2º trimestre de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i> (a)	16.190	18.668
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	28.435	18.465
Programa de fidelidade Clube Extrafarma (b)	<u>1.333</u>	<u>1.289</u>
	<u>45.958</u>	<u>38.422</u>
Circulante	36.238	26.572
Não circulante	9.720	11.850

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2019 eram representadas por 2.409 lojas (2.493 lojas em 31 de dezembro de 2018). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 30 de junho de 2019 eram representadas por 1.500 lojas (1.772 lojas em 31 de dezembro de 2018).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 30 de junho de 2019, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 4.633.552 ações e totalizavam R\$ 90.567 (4.824.238 ações que totalizavam R\$ 123.095 em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 30 de junho de 2019 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 5.946.218 (5.976.316 ações em 31 de dezembro de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.112.810.192 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de junho de 2019 era de R\$ 20,10 (R\$ 26,60 em 31 de dezembro de 2018).

Em 30 de junho de 2019, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA.

Em 30 de junho de 2019, estavam em circulação no exterior 46.518.315 ações ordinárias na forma de ADRs (55.725.974 ações em 31 de dezembro de 2018).

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. Todas as informações de ações foram ajustadas retrospectivamente nestas informações trimestrais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 26.780.298 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 18,12.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.412.427 em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	20.048	911	-	-	20.959
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(7.641)	-	-	-	(7.641)
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	238	-	238
Em 30 de junho de 2019	(230.929)	638	(17.511)	197.369	(50.433)

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643
Efeito retrospectivo da combinação de negócios da Chevron ⁽¹⁾	-	-	-	(4.819)	(4.819)
Em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	(27.364)	-	(15.181)	197.369	154.824
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(310.590)	(3.862)	-	-	(314.452)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	106.467	-	-	-	106.467
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(299)	-	(299)
Em 30 de junho de 2018 - reapresentado	(231.487)	(3.862)	(15.480)	197.369	(53.460)

⁽¹⁾ Para maiores detalhes da combinação de negócios da Chevron, vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<u>30/06/2019</u>
Em 31 de dezembro de 2018	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>(5.886)</u>
Em 30 de junho de 2019	<u>59.971</u>
	<u>30/06/2018</u>
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>44.388</u>
Em 30 de junho de 2018	<u>97.449</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 20 de fevereiro de 2019, e pagos a partir de 13 de março de 2019.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282.334	284.024
Provisões	109.355	110.975
Pagamentos	<u>(378.469)</u>	<u>(380.573)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>13.220</u>	<u>14.426</u>

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita de vendas bruta	44.872.564	44.975.338
Receita de serviços prestados bruta	381.294	364.000
Impostos sobre vendas	(1.881.493)	(1.241.351)
Devoluções e abatimentos	(756.582)	(507.020)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(177.818)	(196.680)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 24)	<u>(6.067)</u>	<u>2.420</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>42.431.898</u>	<u>43.396.707</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	38.858.521	39.693.661
Gastos com pessoal	1.225.145	1.236.066
Fretes e armazenagens	568.780	591.096
Depreciação e amortização	416.867	392.030
Amortização de ativos de direito de uso	153.257	-
Propaganda e marketing	99.322	83.274
Serviços prestados por terceiros	153.713	169.101
Outras despesas	<u>280.494</u>	<u>355.181</u>
Total	<u>41.756.099</u>	<u>42.520.409</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	39.581.566	40.416.361
Despesas com vendas e comerciais	1.375.059	1.333.919
Despesas gerais e administrativas	<u>799.474</u>	<u>770.129</u>
Total	<u>41.756.099</u>	<u>42.520.409</u>

29 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 1.055 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 (perda de R\$ 4.584 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Parceria comercial ⁽¹⁾	24.374	24.835
Merchandising ⁽²⁾	10.412	16.293
Programa de fidelidade ⁽³⁾	4.798	13.420
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	-	(2.099)
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾	-	(286.160)
Créditos extraordinários de PIS e COFINS - exclusão do ICMS na base de cálculo ⁽⁶⁾	50.048	-
Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar ⁽⁷⁾	(52.539)	
Outros	<u>9.727</u>	<u>5.858</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>46.820</u></u>	<u><u>(227.853)</u></u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4 e 23.

⁽⁵⁾ Refere-se a multa contratual paga em 2018 pela controlada Cia. Ultragaz, em benefício da Petrobras, pela não consumação da transação de compra da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) rejeitada pelo Tribunal do CADE.

⁽⁶⁾ Refere-se substancialmente aos créditos da Extrafarma (vide nota explicativa nº 7.a.2) e Iconic.

⁽⁷⁾ Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***31 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	44.660	49.011	165.057	162.935
Juros de clientes	-	-	71.315	70.774
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	31.679	70.126	31.679	70.126
Outras receitas	-	-	8.237	764
	<u>76.339</u>	<u>119.137</u>	<u>276.288</u>	<u>304.599</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(167.192)	(227.406)
Juros sobre debêntures	(57.640)	(47.667)	(277.086)	(215.773)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	-	-	(49.520)	(1.400)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.823)	(1.607)	(33.314)	(37.517)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	(1)	147.405	(3.949)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	12.071	10.062
	<u>(59.463)</u>	<u>(49.275)</u>	<u>(367.636)</u>	<u>(475.983)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>16.876</u>	<u>69.862</u>	<u>(91.348)</u>	<u>(171.384)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 25, respectivamente.

Lucro básico por ação	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido da Sociedade	342.262	315.444
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.084.367	1.084.094
Lucro básico por ação - R\$	0,3156	0,2910
 Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	342.262	315.444
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.091.430	1.091.580
Lucro diluído por ação - R\$	0,3136	0,2890
 Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.084.367	1.084.094
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	4.651	4.824
Plano de ações	2.412	2.662
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>1.091.430</u>	<u>1.091.580</u>

As informações do lucro por ação foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	3.412.736	3.390.760
Ipiranga	35.651.471	36.583.908
Oxiten	2.122.011	2.180.085
Ultracargo	252.574	242.547
Extrafarma	1.046.146	1.040.599
	<u>42.484.938</u>	<u>43.437.899</u>
Outros ⁽¹⁾	18.881	24.173
Vendas entre segmentos	(71.921)	(65.365)
Total	<u>42.431.898</u>	<u>43.396.707</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.824	1.102
Ipiranga	332	398
Oxiten	12.011	-
Ultracargo	38.919	39.736
Extrafarma	-	-
	<u>53.086</u>	<u>41.236</u>
Outros ⁽¹⁾	18.835	24.129
Total	<u>71.921</u>	<u>65.365</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.410.912	3.389.658
Ipiranga	35.651.139	36.583.510
Oxiteno	2.110.000	2.180.085
Ultracargo	213.655	202.811
Extrafarma	1.046.146	1.040.599
	<u>42.431.852</u>	<u>43.396.663</u>
Outros ⁽¹⁾	46	44
Total	<u>42.431.898</u>	<u>43.396.707</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	118.246	(133.580)
Ipiranga	694.752	656.458
Oxiteno	(22.864)	91.289
Ultracargo	23.913	68.551
Extrafarma	(60.056)	(40.699)
Corporativo ⁽²⁾	(34.589)	-
	<u>719.402</u>	<u>642.019</u>
Outros ⁽¹⁾	2.162	1.842
Total	<u>721.564</u>	<u>643.861</u>
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragaz	7	26
Ipiranga	(11.999)	(7.782)
Oxiteno	341	519
Ultracargo	1.082	1.383
	<u>(10.569)</u>	<u>(5.854)</u>
Outros ⁽¹⁾	521	(523)
Total	<u>(10.048)</u>	<u>(6.377)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	711.516	637.484
Resultado financeiro, líquido	<u>(91.348)</u>	<u>(171.384)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>620.168</u>	<u>466.100</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	92.684	123.772
Ipiranga	145.588	196.664
Oxiten	122.531	293.533
Ultracargo	80.637	51.759
Extrafarma	39.431	39.240
	<u>480.871</u>	<u>704.968</u>
Outros ⁽¹⁾	4.937	6.471
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	485.808	711.439
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(164)	(188)
Juros capitalizados	<u>(13.758)</u>	<u>(10.498)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>471.886</u>	<u>700.753</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>126.334</u>	<u>177.008</u>
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado:		
Ultragaz	95.266	111.702
Ipiranga	145.839	133.214
Oxiten	100.330	80.489
Ultracargo	28.681	25.286
Extrafarma	39.185	33.782
	<u>409.301</u>	<u>384.473</u>
Outros ⁽¹⁾	7.566	7.557
Total	<u>416.867</u>	<u>392.030</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>177.818</u>	<u>196.680</u>
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	15.246	-
Ipiranga	82.584	-
Oxiten	4.591	-
Ultracargo	11.812	-
Extrafarma	39.024	-
	<u>153.257</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.903.742	2.719.425
Ipiranga	16.168.485	15.381.887
Oxiteno	7.357.615	7.452.331
Ultracargo	1.704.233	1.478.697
Extrafarma	2.641.692	2.107.901
	<u>30.775.767</u>	<u>29.140.241</u>
Outros ⁽¹⁾	529.013	1.359.154
Total	<u>31.304.780</u>	<u>30.499.395</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e Auditoria e *Compliance*.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Estados Unidos	862.734	857.049
México	117.314	124.037
Uruguai	69.408	72.345
Venezuela	927	2.427
	<u>1.050.383</u>	<u>1.055.858</u>

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	41.730.719	42.655.226
México	116.404	96.446
Uruguai	25.950	23.041
Venezuela	1.066	29.442
Outros países da América Latina	203.155	199.903
Estados Unidos e Canadá	219.275	236.200
Extremo Oriente	40.834	48.215
Europa	62.487	75.088
Outros	32.008	33.146
Total	<u>42.431.898</u>	<u>43.396.707</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do CA da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do CA, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	267,5	254,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	222,7	235,1
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	<u>1.383,5</u>	<u>1.384,9</u>
	<u>1.873,7</u>	<u>1.874,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(6.597,6)	(5.515,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(308,4)</u>	<u>(567,7)</u>
	<u>(6.906,0)</u>	<u>(6.083,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>3.490,4</u>	<u>2.483,0</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.541,9)</u>	<u>(1.726,1)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	364,9	282,7
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.906,8)	(2.008,8)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.541,9 milhões em moeda estrangeira em 30 de junho de 2019:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação	36,5	91,2	182,5
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(190,7)	(476,7)	(953,4)
(1) + (2)	Efeito	<u>(154,2)</u>	<u>(385,5)</u>	<u>(770,9)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	(36,5)	(91,2)	(182,5)
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	190,7	476,7	953,4
(3) + (4)	Efeito	<u>154,2</u>	<u>385,5</u>	<u>770,9</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	<u>(172,6)</u>	<u>(431,5)</u>	<u>(863,0)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	<u>172,6</u>	<u>431,5</u>	<u>863,0</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 26.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/06/2019	31/12/2018
CDI			
Equivalentes de caixa	4.a	2.683,0	3.722,3
Aplicações financeiras	4.b	2.775,4	2.537,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	34.g	31,9	33,9
Financiamentos e debêntures	16.a	(6.783,1)	(8.440,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	34.g	(3.099,5)	(2.205,5)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	34.g	(826,5)	(823,5)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.218,8)</u>	<u>(5.176,4)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	(150,9)	(201,2)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(150,9)</u>	<u>(201,2)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	34.g	833,3	811,6
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	(1.434,1)	(1.437,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(600,8)</u>	<u>(625,5)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	16.a	(18,1)	(4,0)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(18,1)</u>	<u>(4,0)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	16.a	(41,3)	(51,5)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(41,3)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.029,9)</u>	<u>(6.058,6)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>30/06/2019</u>		
		<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	16,0	40,2	80,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	-	0,1	0,2
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(25,2)	(62,9)	(125,8)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(15,7)	(37,0)	(72,4)
Despesa incremental		<u>(24,9)</u>	<u>(59,6)</u>	<u>(117,7)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(0,3)	(0,7)	(1,4)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(0,7)</u>	<u>(1,4)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,1	2,8	5,5
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,9)	(4,8)	(9,6)
Despesa incremental		<u>(0,8)</u>	<u>(2,0)</u>	<u>(4,1)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,1)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,3)	(0,7)	(1,5)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(0,7)</u>	<u>(1,5)</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		<u>(55,9)</u>	<u>(128,9)</u>	<u>(250,7)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		<u>(1,7)</u>	<u>(4,2)</u>	<u>(8,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		<u>(0,8)</u>	<u>(2,2)</u>	<u>(4,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		<u>(0,4)</u>	<u>(1,0)</u>	<u>(2,0)</u>

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/06/2019	31/12/2018
AAA	5.569.886	5.933.671
AA	418.619	707.358
A	260.847	262.553
BBB	172.164	90.824
Total	6.421.516	6.994.406

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As estimativas de perda de crédito são calculadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ipiranga	486.861	442.486
Ultragaz	85.580	61.975
Oxiteno	12.708	12.371
Extrafarma	6.093	5.858
Ultracargo	<u>2.045</u>	<u>2.089</u>
Total	<u><u>593.287</u></u>	<u><u>524.779</u></u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.588,8 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2019 totaliza R\$ 1.762 milhões, tendo sido realizados até o segundo trimestre R\$ 603,6 milhões. Em 30 de junho de 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.086,7 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2019 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	18.835,6	1.588,8	4.361,7	6.980,7	5.904,4
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	642,3	75,3	173,7	158,7	234,6
Fornecedores	2.506,3	2.506,3	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.563,7	329,1	987,3	617,2	630,1

⁽¹⁾Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,03% de 2019 a 2020, 6,08% de 2021 a 2022, 6,78% de 2023 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,87 em 2019, R\$ 3,96 em 2020, R\$ 4,12 em 2021, R\$ 4,32 em 2022, R\$ 4,53 em 2023, R\$ 4,75 em 2024, R\$ 5,00 em 2025, R\$ 5,26 em 2026, R\$ 5,52 em 2027, R\$ 5,81 em 2028 e R\$ 6,10 em 2029 (iii) TJLP de 5,95% (iv) IGP-M de 5,83% em 2019, 4,13% em 2020, 3,75% em 2021, 3,50% a partir de 2022, e (v) IPCA de 3,80% de 2019 a 2025 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de junho de 2019, na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na *New York Mercantile Exchange* (“NYMEX”) em 28 de junho de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
					R\$ milhões		R\$ milhões	
Swap cambial	Dívida	USD + 4,51 % LIBOR-3M +	104,0% CDI	nov/2023	USD 245,0	USD 245,0	33,1	(10,3)
Swap cambial	Dívida	1,11% = 4,1%	105,0% CDI	jul/2023	USD 150,0	USD 150,0	52,1	45,6
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% CDI	out/2024	R\$ 806,1	R\$ 806,1	102,6	35,6
Opções (ZCC)	Operacional	Put USD 3,60	4,60	dez/2019	USD 74,7	USD 149,4	0,6	0,3
							188,4	71,2

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
					R\$ milhões		R\$ milhões	
Swap cambial	Dívida	USD + 3,60% LIBOR-3M +	65,0% CDI	jun/2029	USD 853,0	USD 758,3	307,7	246,5
Swap cambial	Dívida	2,0% = 4,6%	105,9% CDI	jun/2020	USD 60,0	USD 60,0	48,1	38,0
Swap cambial	Compromissos fírmes	USD + 0,00%	46,3% CDI	out/2019	USD 34,6	USD 98,5	(1,5)	(8,6)
Swap cambial	Margem		USD +					
Swap cambial	Operacional	42,2% CDI	0,00%	set/2019	USD 8,1	USD 8,9	1,0	0,1
Termo de	Compromissos		Heating Oil /					
Mercadorias	fírmes	BRL	RBOB	jul/2019	USD 22,5	-	2,9	-
							358,2	276,0

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor nominal – US\$	395,0	395,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	36,9	149,2
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(60,9)	(28,5)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(16,8)	(215,9)
Custo médio efetivo - % do CDI	104,4	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor nominal – R\$	806,1	806,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	63,6	25,8
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(47,0)	(13,3)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(39,0)	(50,2)
Custo médio efetivo - % do CDI	95,8	95,8

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2019, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* liquidados até 30 de junho de 2019, foi reconhecido no resultado uma despesa de R\$ 29,1 milhões (uma receita de R\$ 10,7 milhões em 30 de junho de 2018).

Em 30 de junho de 2019, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 550,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 229,1 milhões em 30 de junho de 2019 (perda de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 30 de junho de 2019 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiten (zero cost collar), totalizavam US\$ 74,7 milhões (US\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma receita não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,4 milhão em 30 de junho de 2019 (ganho de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2019, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95,0 milhões (US\$ 96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 43,2 milhões em 30 de junho de 2019 (perda de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	30/06/2019	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	206,6	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	-	0,4
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	16,7	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(54,0)	(272,3)
Total	169,3	(271,9)

	R\$ milhões	
	30/06/2018	31/12/2018
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	15,2	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(4,6)	0,2
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(3,9)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(57,9)	(289,6)
Total	(51,2)	(289,4)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/06/2019		31/12/2018		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	207.651	207.651	205.482	205.482
	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes					
Títulos de renda fixa em moeda nacional		4.a	2.683.000	2.683.000	3.722.308	3.722.308
	Mens. ao valor justo por meio do resultado					
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira		4.a	18.651	18.651	11.161	11.161
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.368.865	2.368.865	2.462.018	2.462.018
	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		4.b	331.389	331.389	2.208	2.208
	Mens. pelo custo amortizado					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		4.b	75.154	75.154	73.089	73.089
	Mens. ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		4.b	186.755	186.755	154.811	154.811
	Mens. ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>		4.b	550.051	550.051	363.329	363.329
	Mens. ao valor justo por meio do resultado					
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	730.703	766.458	715.530	752.471
Total			7.152.219	7.187.974	7.709.936	7.746.877
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.615.229	1.615.229	1.567.374	1.567.374
	Mens. pelo custo amortizado					
Financiamentos		16.a	6.305.669	6.308.696	6.889.310	6.840.079
	Mens. pelo custo amortizado					
Debêntures		16.a	5.717.149	5.562.609	5.826.242	5.770.979
	Mens. ao valor justo por meio do resultado					
Debêntures		16.a	902.811	902.811	833.213	833.213
	Mens. pelo custo amortizado					
Arrendamentos a pagar		13	1.564.714	1.564.714	46.066	46.066
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	29.724	29.724	43.944	43.944
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	90.567	90.567	123.095	123.095
Total			16.225.863	16.074.350	15.329.244	15.224.750

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das informações trimestrais. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/06/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	207.651	207.651	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.683.000	-	2.683.000	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	18.651	18.651	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.368.865	2.368.865	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	331.389	-	331.389	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	75.154	-	75.154	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	186.755	2.606	184.149	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	550.051	-	550.051	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	766.458	-	766.458	-
Total			7.187.974	2.597.773	4.590.201	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.615.229	-	1.615.229	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.308.696	4.000.025	2.308.671	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.562.609	-	5.562.609	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	902.811	-	902.811	-
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.564.714	-	1.564.714	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	29.724	-	29.724	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	90.567	-	90.567	-
Total			16.074.350	4.000.025	12.074.325	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	752.471	-	752.471	-
Total			<u>7.746.877</u>	<u>2.680.327</u>	<u>5.066.550</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.567.374	-	1.567.374	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.770.979	-	5.770.979	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	833.213	-	833.213	-
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	46.066	-	46.066	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	43.944	-	43.944	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	123.095	-	123.095	-
Total			<u>15.224.750</u>	<u>2.841.436</u>	<u>12.383.314</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de junho de 2019. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 6,08 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2018) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

30/06/2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	947.986	1.972.680	2.997.374
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		<u>(947.984)</u>	<u>(1.972.671)</u>	<u>(2.997.358)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u><u>2</u></u>	<u><u>9</u></u>	<u><u>16</u></u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(116)	7.635	15.386
(4) Margem bruta da Oxiten		<u>116</u>	<u>(7.635)</u>	<u>(15.386)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	52.062	124.348
(6) Margem bruta da Oxiten		<u>-</u>	<u>(52.062)</u>	<u>(124.348)</u>
(5)+(6)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		<u>(372.019)</u>	<u>(1.039.661)</u>	<u>(1.707.303)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u><u>3</u></u>	<u><u>8</u></u>	<u><u>13</u></u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxiteno		<u>65</u>	<u>(8.545)</u>	<u>(17.154)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxiteno		<u>-</u>	<u>(97.938)</u>	<u>(244.572)</u>
(5)+(6)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de junho de 2019 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

30/06/2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	(333.126)	(286.335)	(234.317)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>333.126</u>	<u>286.335</u>	<u>234.317</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	311.993	254.409	188.047
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à oscilações ao preço de commodities em 28 de junho de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 28 de junho de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das informações trimestrais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das *commodities* nos diferentes cenários:

30/06/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço	(7.509)	219.093	445.696
(2) Margem Bruta da Ipiranga	Commodities	7.509	(219.093)	(445.696)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

a.2. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2019 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

a.3. A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)

Oxiten	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.376 em 30/06/2019) (*)
Ipiranga	R\$ 1.025
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.533 milhões em 30 de junho de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 307 milhões em 30 de junho de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Concessões portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três áreas com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e uma área com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais o IPP detém um terço da participação total. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos. Estas concessões não tiveram efeitos nas posições patrimoniais, de resultados e fluxos de caixa destas informações trimestrais.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04A, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia.

Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 14 de agosto de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 14 de agosto de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor